



ARTIGO
DOI: 10.5216/rppoi.v21.74623
EDUCAÇÃO

**ENSINO FAMILIAR NO PIAUÍ OITOCENTISTA E A NEGAÇÃO AO
ENSINO FORMAL**

**FAMILY EDUCATION IN PIAUÍ IN THE 19TH CENTURY AND THE
DENIAL OF FORMAL EDUCATION**

**LA EDUCACIÓN FAMILIAR EN EL PIAUÍ DEL SIGLO XIX Y LA
NEGACIÓN DE LA EDUCACIÓN FORMAL**

Manoel Rodrigues Pachêco Júnior¹ - <https://orcid.org/0009-0000-0676-2135>

Salânia Maria Barbosa Melo² - <https://orcid.org/0000-0002-8642-4757>

Resumo

O presente artigo visa analisar como se desenvolveu o ensino no Piauí entre 1850 e 1859 com ênfase no ensino familiar levando em consideração o contexto socioeconômico e geográfico do Estado. Para compreender como se deu a implementação do ensino é preciso levar em consideração alguns aspectos: a dispersão da população piauiense pelo Estado, os conflitos de natureza sociopolíticos e o atraso na implementação do sistema oficial de ensino. Esses fatores levaram a criação de formas alternativas de ensino que dialogavam entre si; enquanto as tentativas de implementação do ensino oficial focaram-se nas zonas urbanas, o Ensino Familiar se responsabilizava pelo ensino nas zonas rurais que abrigavam a maior parcela da população. Nessa conjuntura, será analisada qual a função social do Ensino familiar a partir da perspectiva econômica e social e qual o objetivo desse ensino. Além de salientar a distinção entre o abordado no ensino familiar e formal.

Palavras-chave: Ensino-familiar, Ensino-alternativo, Educação, Piauí.

Abstract

This article aims to analyze how teaching developed in Piauí between 1850 and 1859, with emphasis on family teaching, taking into account the socioeconomic and geographic context of the state. To understand how education was implemented, it is

¹Licenciatura plena em História, Coordenação do curso de História – CCHL. Formado em licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Piauí. Coordenação do curso de História – CCHL. E-mail: manoeljunior@aluno.uespi.br

²Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), Mestrado em Educação pela UFPI e Doutorado em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará -UFC-(2009). Pós-doutora pela Universidade Federal da Paraíba. (2013). E-mail: salaniamel@yahoo.com.br

necessary to take into account some aspects: the dispersion of the Piauí population throughout the State, conflicts of a socio-political nature and the delay in implementing the official education system. these factors led to the creation of alternative forms of teaching that dialogued with each other; while attempts to implement official education focused on urban areas, Family Education was responsible for teaching in rural areas that housed the largest portion of the population. In this context, the social function of Family Teaching will be analyzed from the economic and social perspective and what is the objective of this teaching. In addition to highlighting the distinction between what is addressed in family and formal education.

Keywords: Home-schooling, Alternative-schooling, Education, Piauí.

Resumen:

Este artículo tiene como objetivo analizar cómo se desarrolló la educación en Piauí entre 1850 y 1859, con énfasis en la educación familiar, teniendo en cuenta el contexto socioeconómico y geográfico del estado. para entender cómo se implementó la educación, es necesario tener en cuenta una serie de aspectos: la dispersión de la población de Piauí por todo el estado, los conflictos de naturaleza sociopolítica y el retraso en la implementación del sistema educativo oficial. Estos factores llevaron a la creación de formas alternativas de educación que dialogaban entre sí; mientras que los intentos de implantar la enseñanza oficial se centraban en las zonas urbanas, la Educación Familiar se encargaba de la enseñanza en las zonas rurales, que albergaban a la mayor parte de la población. En este contexto, se analizará la función social de la educación familiar desde una perspectiva económica y social, así como la finalidad de esta educación. También se hará hincapié en la distinción entre educación familiar y educación formal.

Palabras clave: Enseñanza familiar, Enseñanza alternativa, Educación, Piauí.

Data de submissão: 05/08/2023

Data de aceite: 14/10/2023

Introdução

Ao se analisar algum objeto sob o ponto de vista histórico é preciso ter em mente que a História não segue um modelo linear e universal de desenvolvimento. Tendo isso em vista que, ao se aproximar da História da educação e ensino no Piauí observa-se que seu desenvolvimento se deu de forma distinta em relação há outros estados, a iniciar pela própria colonização primordialmente marcada pela criação do gado vacum que foi se adentrando no interior do Estado.

A implantação desse modelo socioeconômico latifundiário foi responsável inicialmente pela disposição da população

piauiense pelo território, se aglutinando nos interiores e zonas rurais onde se localizavam as fazendas e causando uma enorme disparidade na concentração de pessoas entre a zona rural e a zona urbana, onde os já poucos esforços de implantação de um sistema de ensino oficial se focalizaram. Além disso, esse modelo pautado na criação e mercado interno acabara por gerar um sentimento de “não necessidade” de uma educação escolar, dado que, as atividades consistiam majoritariamente na fixação do homem no campo.

Nesse contexto surgem e se desenvolvem sistemas alternativos de ensino que se relacionam e complementam com o sistema oficial, como é o caso do Ensino

familiar que direcionava esforços para as zonas rurais ensinando as primeiras letras e introduzindo os alunos na matemática para que posteriormente viessem prestar exame na capital ou em escolas oficiais a fim de receber um diploma com seu grau de escolaridade específico e quiçá continuar os estudos, além de transmitir ensinamentos pertinentes à vida no campo.

vale ressaltar que a oportunidade de viajar e prestar exames ou continuar os estudos não era uma prática equânime entre a população rural. Para não cair na armadilha do anacronismo é preciso analisar o objeto pelo objeto, isto é, inseri-lo no seu tempo e analisá-lo tendo em vista a sua conjuntura. Partindo desse pressuposto e levando em consideração a educação como sendo, segundo Émile Durkheim, um fenômeno eminentemente social.

Cabe questionar: Qual o objetivo do ensino familiar para os filhos do fazendeiro sendo meninos ou meninas? e mais ainda, o filho do lavrador que trabalhava nessas fazendas frequentava esse ensino com o mesmo objetivo? Embora Durkheim tenha seus estudos divulgados apenas no final do século XIX, seus conceitos podem ser aplicados dentro dessa estrutura, uma vez que, segundo ele, a educação é tida como sendo uma socialização metódica das novas e velhas gerações (DURKHEIM, 2019. p. 54). Desse modo, todos os aspectos que permeiam sua implantação e funcionamentos obedecem a um projeto educacional que objetiva a formação de um ser social.

Sendo a educação um fenômeno social e, portanto, ligado ao contexto em que o aluno está inserido é de se supor que o interesse dos Governantes não estava em prover uma educação ampla nos moldes previstos na escola oficial para toda a população, como fica exposto em um trecho do Relatório da presidência da província de 1857 destacado no Livro “escola do sertão” de Alcebíades Costa filho:

O ensino primário é essencial ao homem para qualquer mister, a que se lhe dedique; no entanto que os estudos secundários apenas devem convir a um pequeno número, pois um povo não pode ser formado em sua máxima parte de literatos, sob penas de ver perecer a agricultura, o comércio e todas as mais indústrias, e levantar a hidra da miséria e das ambições (Relatório da presidência da província, 02.07.1857, APPI)

Como evidenciado no trecho supracitado, o interesse em prover a educação se resumia apenas no correspondente ao ensino primário que ensinaria a ler e escrever, no entanto, o ensino secundário e profissionalizante se restringiria a poucas pessoas que perpetuariam o modelo sócio econômico em voga no momento enquanto à parcela majoritária da população caberia a função de manter em funcionamento o sistema econômico ora por meio da criação e manutenção do gado ora por meio das atividades de subsistência como o plantio de roças e a caça que supriria a falta de alimentos no mercado interno deixado pelas plantations.

A tendência evidenciada no relatório do presidente de província, o então João José de Oliveira Junqueira, encontra confirmação nos dados extraídos das tabelas anexadas aos relatórios do mesmo ano, como é o exemplo do Mapa do Ensino Primário da Província do Piauí, onde constam registrados apenas 833 alunos, sendo 650 homens e 183 mulheres; vale ressaltar que havia no momento outros estabelecimentos oficiais como a escola de artífices ; o ensino secundário da província do Piauí e algumas instituições de ensino particular da província. Entretanto, mesmo somados, a quantidade de alunos que frequentavam esses estabelecimentos oficiais de ensino chega a ser irrisória em comparação com a população total do Estado que, segundo consta no *mapa estatístico das Comarcas, Villas e Freguesias da Província do Piauí, com declaração da população por Freguesias, com distinção dos habitantes*

livres, escravos e estrangeiros de 1857, distribuía-se em 135.811 homens livres, 16.868 escravizados e 222 estrangeiros. Totalizando uma população de 152.901 pessoas das quais 151.645 isto é, aproximadamente 99% da população, não frequentava o sistema oficial de ensino.

Todavia, tais dados se referem aos sistemas oficiais que se concentravam até então em zonas em processo de urbanização, o que não quer dizer que o restante da população não integre algum sistema educacional. Para suprir essa necessidade de distribuição de ensino em zonas rurais foi criado e fortificado o Ensino Familiar que consistia em um sistema de ensino ministrado no espaço doméstico por familiares letrados, capelães ou mesmo por mestres contratados e servem de alternativa as lacunas deixadas pelo ensino oficial.

Esse sistema e a forma como coexistira com o sistema oficial, como é evidenciado pelo próprio caráter propedêutico do ensino isto é, que tem como objetivo preparar o educando para ingressar em um curso superior ou prestar exame - realizado nas zonas urbanas - para receber o certificado relativo ao ensino primário ou secundário, caracteriza aspectos da própria sociedade piauiense que viveu durante boa parte do século XIX um cenário social de baixa distinção entre urbano e rural o que favoreceu a criação das Escolas Familiares.

Metodologia

Procedeu-se inicialmente a análise demográfica da população do Piauí durante o período de ocupação e colonização do território. Isso teve como objetivo compreender os elementos ligados à pecuária extensiva que influenciaram a estrutura social da província. Para tal intento, a investigação se apoiará na avaliação de mapas estatísticos e cartográficos datados da primeira metade do século XIX, os quais foram digitalizados e se encontram no acervo da Biblioteca Nacional Digital (BNDital). A partir dessa

análise, nossa busca será a de compreender, fundamentados nas abordagens de pensadores como Foucault (1999), Peter Burke (2008) e Michel de Certeau (2003), os mecanismos empregados pelos grandes latifundiários para dar forma à estrutura social, bem como reconhecer o valor da população rural e sua posição na hierarquia desse sistema produtivo.

Além desse exame preliminar, almejamos, através da análise documental dos relatórios presidenciais do Piauí, abrangendo o período de 1850 a 1889, os quais estão disponíveis digitalmente através da plataforma Center for Research Libraries Global Resources Network (<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>) desvendar o processo de educação pública nas áreas urbanas durante o período colonial, assim como a evolução do ensino familiar nas zonas rurais. Além de destacar os cenários relacionados à instrução pública e ao ensino fundamental, juntamente com a população nas áreas rurais e urbanas, assim como os dados relativos à produção pecuária. Tudo isso visa, em última instância, traçar paralelos entre as situações mencionadas e compreender como esses fatores se entrelaçam na implementação da educação no Piauí.

Causas do baixo incentivo no ensino

Para melhor compreender a forma que se desenvolveu o ensino no Piauí oitocentista é preciso atentar-se à conjuntura do período em análise. Vários fatores tiveram papéis importantes nesta implantação, dentre os quais se destacam: a própria disposição geográfica da população pelo território que, devido a distância entre as zonas urbanas e rurais e o péssimo estado das estradas que ligavam um ponto ao outro dificultavam muito a circulação de pessoas.

Dificultando, por conseguinte, o acesso dessas pessoas residentes nas zonas rurais ao ensino oficial localizado nas cidades e vilas em processo de urbanização;

outro fator marcante no processo de implantação do ensino piauiense foram os conflitos de natureza sociopolítica que marcaram a primeira metade do século XIX que afetavam a estabilidade social e ditavam para onde seriam destinados os esforços e incentivos por parte da coroa.

Dentre as diversas revoltas e conflitos do período podemos citar o movimento pela Independência, que desencadeou combates entre 1822 e 1830 levando a piora de uma instabilidade social já atuante na então província do Piauí pelos conflitos entre fazendeiros e indígenas no processo de ocupação de terras nativas. Esse estado de conflitos e instabilidade social dificultara as tentativas iniciais de implantação de um sistema de ensino oficial no Piauí na primeira metade do Século XIX.

Diante do supramencionado, o fracasso na institucionalização do ensino só pode ser assim encarado sob a perspectiva de que o estabelecimento do ensino oficial era um objetivo e seu fracasso uma falha. No entanto, o que se pode averiguar é que este fora apenas parte de um projeto de uma elite local em prol da perpetuação das estruturas políticas e sociais vigentes que funcionava em paralelo aos interesses da coroa, demonstrando assim uma multiplicidade de poderes e mecanismos de dominação envolvendo a formação da província do Piauí.

Com o intuito de preservar esse cenário vigente, uma variedade de mecanismos foi empregada pelo Estado ao longo do século XIX. Isso incluiu o recrutamento compulsório de indivíduos agregados para servir nas forças militares durante os inúmeros conflitos característicos desse período. Além disso, em 1885, o presidente da Província do Piauí, o Bacharel Raimundo Teodorico de Castro Silva, promulgou o regulamento número 94°. Esse regulamento introduziu um imposto de dois mil réis para cada família de agregados pertencentes a um proprietário. Esse tributo podia ser quitado pelo proprietário ou

repassado diretamente aos agregados, que poderiam saldá-lo por meio de serviços ou bens. Assim, o Estado instituiu uma nova maneira de perpetuar a escravidão sobre a população livre e empobrecida.

Apesar da diversidade de métodos para explorar a população rural, talvez o mais abrangente e intrincado tenha sido implementado através da educação. Desde o início do Primeiro Reinado, a instrução pública pareceu ser uma prioridade da monarquia. A Constituição outorgada em 1824 estabeleceu a instrução primária como um direito garantido a todos os cidadãos. No entanto, essa garantia estava condicionada ao conceito de cidadania. Isso levanta a questão: quem eram esses cidadãos e quais eram os critérios para obter tal status no recém-formado Brasil daquela época? Segundo a Carta Magna, a cidadania era definida por dois princípios: liberdade e propriedade. Essa noção de cidadania automaticamente excluía tanto a população escravizada quanto os homens livres e empobrecidos que, apesar de sua liberdade nominal, não tinham os meios financeiros para garantir seu status como cidadãos.

Partindo do pressuposto de que a maioria da população do Piauí vivia em áreas rurais, distante da aplicação prática da lei ou dos direitos fundamentais à educação, uma vez que eram considerados e tratados como não cidadãos, isso é evidenciado claramente pelo vice-presidente da província do Piauí, Luiz Carlos de Paiva Teixeira, em um relatório datado de 5 de dezembro de 1853. Nesse relatório, ele discute o estado da instrução pública na província:

Alguns dos professores para meninos carecem das qualificações necessárias. Outros não se dedicam ao ensino de forma adequada. Além disso, uma parcela considerável da população indigente, devido às grandes distâncias em que vive em relação às cidades ou vilas, não consegue frequentar as escolas. (Relatório Da Presidência Da Província, 05.12.1853, APPI).

A partir dessa declaração, pode-se perceber uma certa condescendência com os obstáculos que impediam o acesso à educação para a população rural, considerada pelo Estado como carente. Em outras palavras, eram indivíduos desprovidos dos direitos básicos inerentes aos cidadãos. Dessa forma, parece haver um certo alívio diante da aparente dispensabilidade de investimento na educação formal, que já estava enfrentando um declínio, uma vez que a maior parte dos recursos e atenção era direcionada para a resolução dos conflitos e revoltas que marcaram o século XIX.

Por mais que houvesse um interesse da coroa em uma padronização do ensino, essa pretensão perderá força na presença das oligarquias piauienses que necessitavam da permanência do homem na terra, ocupando um lugar social bem delimitado. Lugar social este que não foi por muito tempo preenchido pelo nativo que, tendo conhecimento da geografia da região, acabava por se rebelar e fugir com muita frequência, ocasionando perseguições e, em seguida, o despovoamento do território por parte dos nativos, seja por conta das fugas ou por conta do processo de genocídio em andamento.

Tal perspectiva de baixa adesão escolar se manteve por todo o restante do século, dado que, mesmo findados os conflitos, o sistema de produção e comércio se mantinha quase inalterado. O modelo latifundiário voltado para a criação do gado demandava pouca mão de obra especializada e grandes faixas de terras de modo a focar esforços e trabalhos para a criação de grandes fazendas onde eram realizados trabalhos majoritariamente manuais para os quais uma alfabetização não era necessária.

Somado aos conflitos sociopolíticos e ao modelo econômico, outro fator de entrave na implantação de um sistema de ensino foi o baixo incentivo aos educadores evidenciado através dos baixos salários e condições precárias de trabalho aos quais os mesmos eram submetidos. Segundo informa Pereira da Costa (1974, p.375), os salários

dos professores ainda na primeira metade do século XIX, mais especificamente em 1829, variavam entre 200\$000 e 400\$000 réis anuais dos quais o educador deveria prover materiais para os alunos que assistiam as aulas geralmente na residência do próprio professor e se manter em um período em que o custo de vida ultrapassa a própria renda bruta dos professores, mesmo os que ganhavam salários mais altos, (Filho, 2006, p.86).

A forma como o modelo econômico latifundiário ditava diversos aspectos da sociedade piauiense fica ainda mais evidente ao comparar o salário destinado aos Mestres e educadores com o recolhido de imposto sobre a criação de gado, como mostra o “*Quadro demonstrativo da criação do gado vaccum e cavallar da Provincia do Pinuhy, e importância de seu producto em um anno, tomando-se por termo de comparação a produção do mesmo gado nos três últimos annos de 1852 a 1853.*” anexado ao Relatório da presidência da província do Piauhy do dia 07 de março de 1857. Tarifas como a imposição de dez por cento sobre a renda anual do gado variavam entre 3:036\$130 à 120:272\$000 réis.

Ao comparar o retorno financeiro advindo da criação do gado como principal atividade econômica da província, fica evidente a razão por trás do baixo incentivo no ensino, principalmente no ensino continuado que era destinado majoritariamente a filhos dos fazendeiros e pessoas de famílias mais abastadas que viriam a ocupar cargos ligados a coroa e posteriormente ao Governo, a fim de manter estratificada as estruturas de poder que fixavam a maior parte da população no campo.

De forma a gerar o que, nos termos atuais, viria a ser a *massa marginal*, isto é, uma grande quantidade de trabalhadores tanto livres quanto escravizados impossibilitados de ascender socialmente e relegados à lida no campo como única forma de vivência válida. Essa intenção torna-se

evidente nas próprias palavras do Dr José Manoel de Freitas em seu relatório referente a Lei de número 659 de 11 de dezembro de 1869 relativa a criação do gado na província, anexado ao Relatório da Presidência da Província de 07 de maio de 1870:

A indústria creadôra é; sem dúvida alguma, a mais importante da provincia, não só pela somma de capitaes que representa e que concorrem para a receita fiscal, como por abranger a quasi totalidade dos seus habitantes. Fazer, por tanto, prosperar esta indústria, é proteger e fazer prosperar toda a provincia e sua riqueza, augmentando os recursos do thesouro. (Relatório Da Presidência Da Província, 07.05.1870, <https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>)

Desse modo, pode-se averiguar que, desde o início do processo de formação do território, os mecanismos de ensino não tiveram como foco garantir um processo de transmissão de conhecimentos, e sim, de ferramenta ou mecanismo de estratificação a serviço das elites que visavam a formação de uma gama de trabalhadores dos quais a criação extensiva necessitava.

Deste modo, criou-se um modelo de ensino distinto em relação aos demais locais da colônia. Enquanto nas regiões metropolitanas a educação no período colonial foi encabeçada com afinco pelos jesuítas, “no Piauí sopravam a cizânia, acirravam ódios entre índios e colonos e destes entre si, e jamais pretenderam imitar seus irmãos do sul, na faina gloriosa de instruir o povo” (Brito, 2018, p. 54). De tal modo, é evidente que a institucionalização do ensino não representou uma preocupação no que diz respeito a província do Piauí e nem seria após a independência a instauração da República.

Negação ao ensino oficial

Perante o que foi exposto anteriormente, pode-se notar um abandono do da população rural por parte do Estado no

que tange ao ensino, a abrangência das escolas retidas somente as zonas urbanas e os custos necessários para manter um aluno matriculado representavam entraves na adesão ao ensino formal por parte da população em geral composta por pessoas livres e pobres. Entretanto, a importância da educação não era negligenciada pelos pais que aderiram a outras formas de ensino.

No Piauí o ensino nas zonas rurais desenvolveu-se sob patrocínio dos Mestres ambulantes que eram contratados por fazendeiros para alfabetizar os seus filhos e ensinar-lhes saberes necessários para aquele estilo de vida, tais como: ensinar a fazer peias, cabrestes, abanos, cofos, esteiras, jacás, balaios, urupembas, quibanos, e uma infinidade de outras pequenas utilidades domésticas. (Sampaio, 1996). Participavam dessas aulas também os filhos dos vaqueiros, agregados e jovens das fazendas vizinhas. Surgem assim as *Escolas Familiares*.

A instrução formal das cidades e vilas também não era um existia em sua práxis como na teoria, sofria com vários problemas que iam desde a disponibilidade de bons profissionais dificultada pela falta de meios para a formação de professores na província e pelo baixo salário recebido que impedia professor de se dedicar unicamente ao magistério, como a falta recorrente de materiais escolares para a aplicação da aula e em muitos casos até falta de um espaço adequado para a ministração de aulas A falta de estrutura não foi um problema exclusivo do Lyceu, estendia-se a totalidade de quase todas as escolas formais mantidas pelo Estado no período em questão.

Tendo em vista que, do baixo salário destinado aos professores, uma grande parte teria de ser reservada para o aluguel da casa em que ocorriam as aulas que muitas vezes se davam na casa dos próprios educandos. Uma vez que a verba destinada para os mestres mal dava para sua sobrevivência e grande parte das escolas não possuíam instalações próprias, a prática escolar através do ensino formal se tornara um grande

desafio. O descontentamento com a instrução pública não se restringia somente a população em geral, encontra-se também entre as preocupações de alguns integrantes do Governo, como é o caso do vice presidente da província Dr Manoel José Espinola Júnior ao afirmar em seu relatório que,

O ensino público na província divide-se em primário e secundário. o primeiro é distribuídos pelas escolas parochias, e o segundo pelo lyceu desta capital e pelas aulas avulsas da cidade de Oeiras. Um e o outro estão muito longe do desenvolvimento e perfeição que fôra para desejar não só aqui, mas em todo o paiz. Basta considerar que tendo essa província uma população superior a 150:000 almas somente concorreram àquellas escolas ano passado 1:210 alunos, - 865 do sexo masculino e 345 às do feminino. (Relatórios da presidência da província, 01.07.1870, p.11.
<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>)

O que levava os pais a não se sentirem impelidos a matricular os filhos nas escolas. Tendo em vista que, o estado precário de muitas instituições de ensino causava uma certa desconfiança nos pais, além disto, para os residentes das zonas rurais o ensino formal significaria uma despesa que poucos podiam pagar.

Por essas razões ensino mais aceito no período em questão fora o ensino familiar que consistia em um modelo pedagógico em que a aula era ministrada no espaço doméstico por familiares letrados, por capelães ou por mestres contratados que ensinavam o correspondente ao primeiro grau, isto é, as primeiras letras, os fundamentos básicos da matemática e da escrita. O ensino familiar fora reconhecido oficialmente pelo Estado através da possibilidade de que os alunos dos mais diferentes espaços de ensino pudessem dar continuidade aos estudos em instituições oficiais através de um exame sem

necessariamente cursarem o ano letivo nessas instituições.

Outro fator de afastamento da população rural fora a grade curricular, principalmente do ensino secundário que era composta por História, geografia, contabilidade, língua nacional, latim, francês e filosofia. Essas disciplinas eram de pouca importância na vida cotidiana piauiense por motivos já mencionados como o modelo de produção caracterizado pela fixação do homem no campo, o que acabava por gerar pouco interesse da população.

O que pode ser comprovado através do quadro demonstrativo das cadeiras de ensino público secundário, dos alunos nelas matriculados durante os anos de 1869 e 1870. O quadro abaixo representa uma grade curricular desconexa da realidade da quase totalidade da população piauiense do período em questão, ignorando a influência do meio e dos agentes que cercam o aluno durante o que Lev Vygotsky denomina de *desenvolvimento potencial*.

Desse modo, o comportamento de grande parte da população piauiense em optar pelo ensino familiar mais próximo da sua realidade caracteriza um aspecto de resistência que o professor Dr Alcebíades Costa Filho denomina de forma lapidar em seu livro “A escola do sertão” de negação ao ensino formal que representaria, ainda segundo o mesmo, uma contra-educação.

Demonstrativo das cadeiras de ensino público secundário, dos alunos nelas matriculados, durante os anos de 1869 e de 1870 até esta data

Anos	Lugares	Cadeiras	Matriculados	Observações
1869	Teresina	Língua nacional;	17	Destes, 3 estudam Latim, 8 francês e 1 geometria.
		Latim;	17	3 estudam língua nacional, 10 francês e 2 geografia.

		Francês;	21	8 estudam língua nacional e 10 latim.
		Geografia e História	02	Ambos estudam latim.
		Geometria	05	Destes 1 estudou língua Nacional.
			62	
*	Oeiras	Latim	22	Destes 1 estuda Francês.
		Francês	1	
			26	
1 8 7 0	Teresina	Língua nacional	7	Destes dois estudam francês.
		Latim	7	1 estuda francês 3 geografia, 1 História e 2 geometria.
		Francês	11	2 línguas nacional 4 latim 2 geografia e 2 geometria.
		Geografia	5	2 Latim 1 história e 2 geografia.
		História	1	Latim geografia e geometria.
		Filosofia	1	Estuda somente filosofia.
		Geometria	8	2 estudam latim 2 francês 2 geografia e 1 história.
			40	
*	Oeiras	Latim		Não remeteu o mapa.
		Francês		

Fonte: Anexo número 2, Relatório da presidência da província 07.05.1870

Considerações Finais

Diante do supramencionado, pode-se observar que o processo e estruturação do território piauiense no século XVIII, caracterizado pela criação extensiva do gado, em paralelo à distância da região em relação à capital do país, concedeu a indústria do gado e, por conseguinte, aos latifundiários, um enorme poder de decisão dentro da política interna do território, de modo que a criação extensiva do gado para o mercado externo se tornou o carro-chefe do sistema de produção.

Sua influência foi tamanha que incidiu na própria disposição geográfica da população ao longo do território, caracterizada por zonas populacionais distantes umas das outras, tendo em vista que, os povoados e vilas eram geralmente formados em volta das fazendas que, por sua

vez, necessitavam de um grande espaço para pastagens. Além da disposição geográfica, os latifundiários exerceram influência também no sistema de ensino e até na própria divisão social da população.

A Posteriori, conclui-se que os fatores que levaram a educação piauiense a se desenvolver da forma como se desenvolveu foram diversos e sofreram influência de fatores sociais, políticos, culturais, geográficos, econômicos entre outros. Dentre esses se destacam os fatores geográficos e econômicos que pautaram a forma como os múltiplos sistemas de ensino foram implantados e deram espaço para o crescimento do ensino familiar e seu caráter propedêutico que caracteriza sua coexistência com o ensino formal além de levar para os alunos dessas zonas rurais outros ensinamentos relativos ao cotidiano rural, tais como: levantamento de cercas, armadilhas de caça, rezas, chás etc. Razão pelo qual era em muitos casos preferido em detrimento do ensino secundário formal que trazia disciplinas como latim e filosofia que de pouco servia naquele cotidiano.

A partir deste reconhecimento, estabeleceu-se de forma implícita um público alvo para cada sistema de ensino, posto que, o ensino secundário era claramente destinado à elite política a quem caberia a missão de perpetuar o status quo daquela sociedade, enquanto as instituições particulares eram as responsáveis pela alfabetização e ensino das primeiras letras aos residentes das regiões em processo de urbanização que tivessem condições financeiras de pagar por esse ensino.

O ensino familiar, por fim, era destinado à população rural e tinha por objetivo, na perspectiva da elite piauiense, promover o ensino das primeiras letras para que essa população pudesse atuar de melhor forma na criação do gado, assim como promover a fixação dessa população no meio rural. Vale ressaltar que foram utilizados outros mecanismos com intenção de calcificar essa fixação, como a distância entre

zonas rurais e urbanas, péssimas condições das estradas e o alto custo dessas viagens.

Destaca-se também que a forma como o ensino formal foi aplicada com uma grade curricular distante da realidade da população e com extremas dificuldades em sua adesão e permanência não são somente fruto de problemas externos, mas trata-se também de um projeto político que tinha por objetivo, em primeiro plano, formar uma elite letrada que ficaria responsável pela manutenção do *status quo* e sem segundo, impor através de uma grade curricular e métodos pedagógicos, aspectos da cultura europeia no país, seguindo o objetivo inicial da invasão europeia que fora formalizada pelo IHGB, isto é, formar uma continuidade da Europa no novo mundo. Tentativa esta que encontrou resistência por parte da população ao se negar a aderir esse modelo educacional que representara uma “contra educação”.

Por outro lado, é possível averiguar também aspectos de resistência silenciosa por parte desta população rural à imposição cultural realizada por meio do ensino formal. Esse aspecto de resistência pode ser identificado por meio do ensino familiar que originalmente tinha por objetivo suprir uma falha do ensino formal, oferecendo aulas de primeiras letras à população interiorana a fim de desencorajar o êxodo rural.

Todavia, ao observar-se mais atentamente, nota-se no ensino familiar instruções que vão além do ensino de primeiras letras e as quatro operações, esse modelo educacional trazia consigo também ensinamentos necessários à vida no campo. Como, por exemplo, a instrução a respeito de como fazer armadilhas para animais, cercas, chás, rezas e diversos outros aspectos primordiais da cultura rural em um movimento de negação aos aportes ideológicos e culturais difundidos por meio do ensino formal.

Por fim, pode-se constatar através das características singulares desse método educacional que perdurou por séculos no

Piauí, que a população rural não aceitou passivamente as imposições culturais e os diversos mecanismos de coerção impostos sobre eles. Mas, por via de estratégias próprias de manutenção de seus aportes culturais, eles resistiram, mesmo que de maneira silenciosa, à dominação e controle das elites latifundiárias, ao se apropriar e ressignificar mecanismos de poder em favor da preservação da sua história e cultura

Vale ressaltar que a pesquisa encontrou entraves na busca por fontes acerca do ensino familiar e seu funcionamento, dado que, embora tenha sido reconhecido como um método válido de ensino permitido e facilitado pelas leis do período, em vista da distribuição geográfica dos povoados e o caráter nômade dos professores e mestres contratados, uma fiscalização e controle desse método de ensino deu-se com grandes dificuldades.

Tendo em vista que se trata de um tema muito diverso, a pesquisa não foi dada como concluída, faltando ainda informações acerca do funcionamento do ensino familiar e sua distinção em relação ao ensino formal. Faz-se necessário também uma abordagem futura acerca da distinção de gênero na disponibilidade do ensino, isto é, a diferença na forma como essas aulas eram ministradas para meninos e para meninas ou ainda quais assuntos eram ministrados para cada grupo.

Referências

ALVES, Graciete Oliveira Felipe. Aspectos históricos da educação do piauí da colônia até os primórdios da república. **Anais IV FIPED...** Campina Grande: Realize Editora, 2012. Disponível em: <<https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/246>>. Acesso em: 07/12/2021 20:52.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: família e poder.** Prefeitura Municipal de Teresina, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

- BRITO, Anísio. **Obra reunida de Anísio Brito**. Anísio Brito; Reginaldo Miranda (org.). Teresina: Academia Piauiense de Letras / Casa Anísio Brito, (Arquivo Público CDD981.22), 2018.
- COSTA, F. A Pereira. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**. 2. ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889**. Teresina: Fundação Cultural Mons. Chaves, 2006.
- COSTA, Francisca Raquel da. **Escravidão e liberdade no Piauí oitocentista: alforrias, reescravização e escravidão ilegal de pessoas livres (1850-1888)**.
- DANTAS, Elza Alves. **As letras da lei x As leis das letras: exames de capacidade profissional e a instrução pública na Província do Ceará (1856-1888)**. 2010
- DE CARVALHO FRANCO, Maria Sylvia. **Homens livres na ordem escravocrata**. Unesp, 1997.
- DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- DE SOUSA NETO, Marcelo. **Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação no Piauí (1820-1850)**. 2009. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.
- LIMA, Jéssika Maria. O legado das professoras leigas no ensino rural no Piauí 1960 – 1980. **Revista Vozes, Pretérito & Devir**. Ano VIII, Vol. XII, Nº I. p. (34 - 53), 12 de setembro de 2020.
- MONTEIRO, Hamilton de M. **Nordeste insurgente**.(1850-1890). 1981.
- MOTT, Luiz R. B. Fazendas de gado do Piauí: 1697–1762. In: **Piauí Colonial: População, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985.
- MOTT, Luiz R. B. Os índios e a pecuária nas fazendas de gado do Piauí colonial. **Revista de Antropologia**, v. 22, p. 68.
- MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010. 200 p.il. Coleção Grandes Textos - vol. 8.
- NETO, Marcelo de Sousa. O ensino e a reforma provincial de 1845: a Instrução Pública na província do Piauí (1834-1852) **Revista Teias**. v. 22, n. 65. p. (362- 381), junho de 2021.
- SAMPAIO, Antonio. **Velhas escolas - grandes mestres**. Esperantina: Prefeitura Municipal, 1996.
- SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: Cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX**. 2008.
- REIS, Darianny Araújo dos. Currículo intercultural crítico na escola: Formação que produz diferenças. **Revista Teias**. v. 18, n. 50, p. (135 - 150), setembro de 2017
- Fontes Documentais:**
- BRASIL. Leis e Decretos do Império (1850-1889), Biblioteca de apoio, APPL.
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Recenseamento do Brasil 1872. Piauí.
- PIAUI, Resolução n. 287-10 set. 1850.
- PIAUI. Legislação Provincial (1850-1889), Biblioteca de apoio, APPI.

Relatórios da presidência da província,
02.07.1857, APPI.

Relatórios da presidência da província,
07.03.1857,
<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>

Relatórios da presidência da província,
07.05.1870,
<https://dds.crl.edu/crldelivery/5605>

Relatórios da presidência da província,
19.04.1877 e 31.12.1881, APPI.

Relatórios da presidência da província,
25.12.1870, APPI